



RAZOÁVEL, CONTRARIANDO A NATUREZA TEMPORÁRIA DA CONTRATAÇÃO. A RESCISÃO E RECONTRATAÇÃO SUCESSIVA DOS PACTOS TEMPORÁRIOS, PELOS PERÍODOS EM QUE FORAM ASSINALADOS, DEMONSTRA A NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. 5. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE DO JULGAMENTO DO RE 765.320/MG, DE RELATORIA DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI, FIRMOU O ENTENDIMENTO, COM REPERCUSSÃO GERAL, NO SENTIDO DE QUE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, REALIZADA EM DESCONFORMIDADE COM OS PRECEITOS DO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO GERA QUAISQUER EFEITOS JURÍDICOS VÁLIDOS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES CONTRATADOS, COM EXCEÇÃO DO DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E DO FGTS. 6. NO ENTANTO, RECENTEMENTE, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JULGOU O TEMA 551 DA REPERCUSSÃO GERAL E, APRECIANDO O RE 1.066.677/MG, DEFINIU A SEGUINTE TESE: “SERVIDORES TEMPORÁRIOS NÃO FAZEM JUS A DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL, SALVO (I) EXPRESSA PREVISÃO LEGAL E/OU CONTRATUAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, OU (II) COMPROVADO DESVIRTUAMENTO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM RAZÃO DE SUCESSIVAS E REITERADAS RENOVAÇÕES E/OU PRORROGAÇÕES”. 7. DIANTE DO NOVO POSICIONAMENTO DA CORTE MAIOR NOS CASOS EM QUE HÁ EVIDENTE DESVIRTUAMENTO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, O SERVIDOR FAZ JUS AO RECEBIMENTO DE TODOS OS SALÁRIOS DO PERÍODO TRABALHADO E AO LEVANTAMENTO DO FGTS REFERENTE A ESTE PERÍODO (TEMA 916), BEM COMO AO RECEBIMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL (TEMA 551). 8. POR FIM, VERIFICA-SE EQUÍVOCO NA FORMA COMO O JUÍZO SINGULAR FIXOU OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUAL SEJA, EM PERCENTAGEM COM BASE NO §3º, DO ART. 85, DO CPC, POIS SE TRATA DE SENTENÇA ILÍQUIDA, NA QUAL OS VALORES A SEREM PAGOS PELA PARTE VENCIDA AINDA SERÃO APURADOS NA FASE POSTERIOR DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA, DEVENDO O ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RESPEITAR O PREVISTO NO INCISO II, DO §4º, DO ART. 85 DO CPC. 9. REMESSA NECESSÁRIA AVOCADA CONHECIDA E PROVIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR JULGAMENTO UNÂNIME, EM CONHECER DA REMESSA NECESSÁRIA AVOCADA PARA DAR-LHE PROVIMENTO E CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA/CE, 31 DE AGOSTO DE 2022. MARIA IRANEIDE MOURA SILVA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS RELATOR

Total de feitos: 2

PAUTA DE JULGAMENTO

2ª Câmara Direito Público PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 297

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

1 - **0003163-90.2012.8.06.0109/50001 - Embargos de Declaração Cível** - Jardim/Vara Única da Comarca de Jardim. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Francisco Amarildo Pereira Pinto. Advogada: Mariana Gomes Pedrosa Bezerra (OAB: 19348/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

2 - **0001293-54.2018.8.06.0091/50000 - Agravo Interno Cível** - Iguatu/4ª Vara da Comarca de Iguatu. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES

3 - **0120993-81.2010.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/5ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Maria de Fátima Cavalcante Gomes. Advogado: Caio Santana Mascarenhas Gomes (OAB: 17000/CE). Advogado: Inocêncio Rodrigues Uchôa (OAB: 3274/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

4 - **0009897-85.2018.8.06.0064/50000 - Embargos de Declaração Cível** - Caucaia/1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Andrews Jose de Oliveira Dias. Advogado: Leórgenis Alberto dos Santos Freitas (OAB: 20805/CE). Advogado: Jean Plácido Teles da Fonseca (OAB: 25982/CE). Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES

5 - **0150632-32.2019.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/12ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Stock Comércio de Equipamentos Industriais e de Segurança Ltda. Advogado: Bruno Romero Pedrosa Monteiro (OAB: 16012/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES

6 - **0005848-92.2017.8.06.0045/50000 - Embargos de Declaração Cível** - Barro/Vara Única da Comarca de Barro. Embargante: José Marquínio Tavares. Advogado: Cássio Felipe Goes Pacheco (OAB: 17410/CE). Advogado: Leonardo Roberto Oliveira de Vasconcelos (OAB: 18185/CE). Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

7 - **0223468-32.2021.8.06.0001 - Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Araújo e Siqueira Colchoaria Ltda. Advogado: André Arraes de Aquino Martins (OAB: 18568/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES



8 - **0003875-50.2016.8.06.0106 - Apelação Cível** - Jaguaratama/Vara Única da Comarca de Jaguaratama. Apelante: Município de Jaguaratama. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jaguaratama. Apelado: Erivam Ferreira Borges. Advogado: Rodolfo Moraes da Cunha (OAB: 32467/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

9 - **0218334-58.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária** - Fortaleza/10ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Remetente: Juiz de Direito da 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Apelada: Elenice Menezes Nunes. Advogada: Thyanne Nunes Rodrigues (OAB: 27543/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

10 - **0051283-50.2020.8.06.0121 - Apelação / Remessa Necessária** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apte/Apdo: Maria Edgleuma Gomes Vasconcelos. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Apte/Apdo: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

11 - **0050530-59.2021.8.06.0121 - Apelação Cível** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apte/Apdo: Daniele Vasconcelos Cordeiro. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Apte/Apdo: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

12 - **0010520-31.2016.8.06.0126 - Apelação Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Apelante: Jose Edmar Pinheiro Filho. Advogada: Rayana Silveira Vasconcelos Dias (OAB: 50516/PE). Advogado: Thales Catunda de Castro (OAB: 13138/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

13 - **0005763-98.2019.8.06.0122 - Apelação Cível** - Mauriti/Vara Única da Comarca de Mauriti. Apelante: Maria Aparecida Pereira. Apelado: Município de Mauriti. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Mauriti. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

14 - **0050263-24.2020.8.06.0121 - Apelação / Remessa Necessária** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Apelante: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apelada: Antônia Wagner Nicolau. Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

15 - **0227029-30.2022.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária** - Fortaleza/15ª Vara da Fazenda Pública. Autor: Francisco José Ferreira do Nascimento. Advogado: Aluísio Gurgel do Amaral Neto (OAB: 23848/CE). Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

16 - **0200498-54.2022.8.06.0049 - Apelação Cível** - Beberibe/2ª Vara da Comarca de Beberibe. Apelante: Maria Ivoneide Roque da Silva. Advogado: Jhonata Gama de Sousa (OAB: 41936/CE). Advogado: Yasmim Ribeiro Laurindo (OAB: 47062/CE). Apelado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Apelado: Superintendência de Obras Públicas - SOP. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

17 - **0237093-02.2022.8.06.0001 - Remessa Necessária Cível** - Fortaleza/3ª Vara da Fazenda Pública. Impetrante: Argélia Brainer Alencar. Advogada: Antônia Aline Carvalho Monteiro (OAB: 27460/CE). Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Impetrado: Presidente da CEARAPREV – Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

18 - **0000321-40.2017.8.06.0214 - Remessa Necessária Cível** - Assaré/Vara Única da Comarca de Assaré. Autora: Maria Dalva de Araújo do Carmo. Advogado: Francisco Gonçalves Dias (OAB: 10416/CE). Advogado: Jose Mendes Linard (OAB: 10165/CE). Advogado: Domingos Savio Ribeiro Leite (OAB: 6643/CE). Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Assaré. Réu: Município de Tarrafas. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Tarrafas. Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

Total de processos a julgar: 18

Fortaleza, 21 de setembro de 2022.

ISMÊNIA NOGUEIRA ALENCAR BITENCOURT

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

2ª Câmara Direito Público PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 296

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

14 - **0050127-85.2020.8.06.0037 - Apelação Cível** - Ararendá/Vara Única da Comarca de Ararendá. Apelante: Antonio Alves Melo - Prefeito do Município de Ipaporanga. Procurador: Município de Ipaporanga. Apelado: Olívio Soares Araújo. Advogado: